

# O internacionalismo em primeira pessoa: Fernando Mourão e o estudo das relações internacionais no Brasil

*Fernando Padovani\**

**Resumo:** Este presente artigo pretende elaborar um exercício de releitura e contextualização da contribuição do professor Fernando Augusto de Albuquerque Mourão para a evolução recente da disciplina das Relações Internacionais no Brasil. Com quase meio século de atuação na Universidade de São Paulo, o professor Mourão tornou-se um dos nomes históricos para os estudos sociológicos e para os estudos africanos no Brasil. Em virtude de sua vivência direta com o debate europeu das ciências sociais e dos movimentos políticos, teve a oportunidade de se familiarizar com as temáticas e metodologias da disciplina de Relações Internacionais que, então, se encontrava em desenvolvimento na Europa e em implantação pioneira no Brasil, no final dos anos 1960. O rápido desenvolvimento contemporâneo da disciplina atribui uma certa dimensão antecipatória ao pioneiro estabelecimento de linha de pesquisa dentro da área naquele momento. A proposta do artigo é avaliar a influência exercida pela atividade do professor Mourão sobre instituições acadêmicas e sobre gerações de pesquisadores na área de Relações Internacionais, bem como avaliar sua contribuição peculiar dentro do debate da disciplina, ao disseminar uma abordagem de Sociologia das Relações Internacionais.

**Palavras-chave:** Relações internacionais; Brasil; Fernando A. Albuquerque Mourão.

## 1. INTRODUÇÃO

O professor Fernando Augusto de Albuquerque Mourão completa neste momento praticamente 50 anos de trajetória acadêmica, sendo 45 dentro da USP (Universidade de São Paulo). Nas mais diferentes instâncias e setores

---

\* International Management Institute. New Delhi, India.

onde militou dentro desta universidade, como a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), o Departamento de Sociologia, o Centro de Estudos Africanos (CEA), a Faculdade de Direito, o Instituto de Estudos Avançados ou ainda o Conselho Universitário e a Reitoria, bem como em outras universidades brasileiras, mas também em Portugal e Angola, teve o professor Mourão a capacidade de construir uma carreira respeitável em cada uma dessas áreas, tornando-se uma referência obrigatória para o ensino da Sociologia e para os estudos africanos no Brasil.

Humanista de interesses intelectuais amplos, o professor Fernando Mourão caracterizou-se por uma trajetória rica em variedade de temas de pesquisa, permitindo-se engajar dedicadamente tanto na campanha política pelas independências africanas como no estudo da lírica neo-realista, tanto no estudo do impacto das tecnologias de ponta como na pesquisa documental de fontes históricas primárias, tanto na análise dos processos simbólicos e culturais como nos estudos dos jogos estratégicos, tanto no estudo de uma comunidade de pescadores no litoral sul de São Paulo como na reflexão sobre as dinâmicas da ordem global.

Diante da amplitude de contribuições, este artigo pretende justamente elaborar um recorte sobre uma das intensas vivências intelectuais de Fernando Mourão, elaborando um breve exercício de releitura e de contextualização de sua contribuição para a evolução recente da disciplina das Relações Internacionais no Brasil, para a qual desenvolveu trabalhos pioneiros, vindo a se tornar um dos nomes de referência no longo processo de consolidação experimentado pela disciplina.

Esta contribuição para a disseminação das problemáticas e dos instrumentais metodológicos da disciplina de Relações Internacionais no Brasil tem assumido uma nova perspectiva com o passar do tempo, tendo em vista a grande importância recente que assume a disciplina, em contraste com a desimportância relativa que a mesma assumia no Brasil antes dos anos 1990. Este curioso contraste ressalta o valor dessa verdadeira antecipação empreendida do professor Fernando Mourão, acolhendo as problemáticas e metodologias próprias da disciplina já no final dos anos 1960. Esse interesse pioneiro se expressou concretamente pela constituição de linha de pesquisa dentro da área, pela oferta de disciplinas de pós-graduação, além de publicações e orientações de dissertações dentro da temática, elementos que viriam a contribuir, mais tarde, para a formação de três gerações de pesquisadores na área de Relações Internacionais.

Como a inovação normalmente se constitui numa tarefa social complexa, no caso da disseminação inicial da disciplina das Relações Internacionais no Brasil também demandou certo engenho e arte, considerando-se o espaço de marginalidade ocupado pela disciplina dentro do debate intelectual brasileiro dos anos 1960. Nestas circunstâncias de pioneirismo, entre outros fatores, requer-se uma certa vocação para a inovação, elemento fundamental para a disseminação de ideias e conceitos novos, elemento que permite a imaginação de possibilidades diferentes para além das fronteiras epistemológicas estritas e hegemônicas. Pensador habituado às zonas de fronteira, a contribuição de Fernando Mourão para a disseminação desta nova disciplina também foi fruto direto da riqueza de sua trajetória intelectual e política, vivenciada em primeira pessoa.

Nesse momento onde a disciplina das Relações Internacionais era desconhecida e até certo ponto marginalizada no Brasil, o professor Mourão soube transmitir em São Paulo parte do entusiasmo com que essa problemática internacionalista era então debatida na Europa dos anos 1960, em plena efervescência intelectual, ante os movimentos de democratização no sul da Europa, das primeiras iniciativas de integração regional, dos movimentos de descolonização, ou do movimento não-alinhado, constituindo-se num usuário pioneiro dos instrumentais e temáticas da disciplina no Brasil.

A disciplina das Relações Internacionais, como é sabido e tem sido amplamente comentado, conheceu um desenvolvimento rápido e vigoroso ao longo das duas últimas décadas, depois de décadas de um certa negligência, segundo a expressão de Miyamoto (1999). O estudo das Relações Internacionais no Brasil, como uma disciplina independente, tem se institucionalizado com vigor especial a partir dos anos 1990, com especial inflexão no pós-2001. Pode-se dizer que deixou o status de, então, disciplina secundária, quase exótica dentro do debate brasileiro das ciências sociais aplicadas, para, atualmente, ganhar espaço e atenção mesmo fora dos muros universitários.

Como todos os fenômenos culturais que conhecemos, da mesma forma, um desenvolvimento rápido e intenso, com transformações substanciais ocorridas no espaço de apenas uma geração, a simples comparação entre as limitações prévias e o alcance dos desenvolvimentos atuais pode gerar sentimentos de estranhamento e incredulidade, ora marcados por orgulho, ora por incerteza e, não raro, até por certo saudosismo, lamentando-se algumas vezes pelo bucolismo profanado.

No caso das Relações Internacionais, a disciplina atinge no Brasil um surpreendente grau de disseminação e de “adensamento”, segundo a expressão de Lessa (2005). A intensidade desse desenvolvimento recente, quando avaliamos os indicadores básicos de institucionalização acadêmica, pode ser classificada como uma verdadeira transformação, expressa no crescimento significativo de programas de pós-graduação, de cursos de graduação, do número de pesquisadores formados e atuantes, de grupos de pesquisa, centros e redes de pesquisa especializados, de periódicos e publicações, de títulos publicados, de traduções disponíveis, de linhas de fomento institucional, do número de cursos independentes e disciplinas oferecidas e também do interesse do público em geral sobre os debates da área, fruto, sem dúvida, da maior participação da política e da economia internacionais no nosso novo cotidiano.

Mesmo que seja possível classificar o estágio atual da disciplina como ainda em fase de consolidação, sobretudo se comparada com as áreas tradicionais das ciências sociais aplicadas no país, pode-se dizer que a disciplina se encontra em um grau muito mais orgânico, uma vez que o panorama institucional atual se revela substancialmente diverso daquele existente no ano de 1990, data inaugural, no plano simbólico, da inserção mais intensa no país do movimento histórico batizado de globalização, início da abertura econômica, social e cultural do Brasil para a sociedade internacional e, também, paralelamente, momento inicial do salto quantitativo vivido pelo estudo das Relações Internacionais no Brasil. Naquele momento, as atividades e as iniciativas nesta área de estudo, embora entusiasmadas, poderiam ser caracterizadas pelos traços da marginalidade e do pioneirismo, fruto de um cenário onde as iniciativas eram mais raras e isoladas, e os nós da rede científica pareciam bem mais esparsos e distantes.

Durante a aceleração da internacionalização cultural e econômica ocorrida no Brasil a partir dos anos 1990, as transformações no cenário internacional no final da guerra fria e as intervenções militares americanas a partir de 2001, o interesse pelos estudos das questões internacionais se amplia também no Brasil, a exemplo do que acontece também em muitos outros países, iniciando seu processo de adensamento científico.

Essa popularização de fim de século da disciplina das Relações Internacionais não é fenômeno exclusivo do Brasil e se verifica de maneira generalizada no plano internacional. O que talvez seja característico do processo internacionalista brasileiro é o nível de disseminação bastante reduzido vigente antes

da popularização dos anos 1990, como apontam quase de maneira consensual os historiadores da disciplina. As transformações de fim de século estimulam o desenvolvimento conceitual e epistemológico e contribuem para a consolidação das Relações Internacionais como disciplina autônoma, passando agora a congregar estudiosos e não mais apenas justapor, para a análise dos fenômenos internacionais nas suas diferentes dimensões, econômica, estratégica, política, jurídica, cultural, compartilhando agora de um discurso metodológico comum específico de Relações Internacionais, uma disciplina distinta, com um objeto de estudo específico.

E, nessa perspectiva de relativa negligência anterior a 1990, contrastando com um rápido desenvolvimento recente, ao buscar reconstruir e entender os momentos pioneiros da disciplina, na sua fase anterior a 1990, que aqui chamamos de fase pioneira, é que encontramos, entre outros poucos pioneiros, a presença recorrente do professor Fernando Mourão como elemento dinamizador nos movimentos iniciais de implementação, difusão e consolidação da disciplina, tornando-se hoje, por essa razão, num dos nomes históricos da disciplina no Brasil.

Sua contribuição acadêmica para a consolidação da disciplina no Brasil beneficiou-se seguramente de seu inconfundível espírito inovador. Mas do ponto de vista histórico, um fator também decisivo parece ter sido sua conexão direta, em primeira mão, com o debate internacionalista em efervescência na Europa nos anos 1960, em função do seu envolvimento, tanto no plano político como no intelectual, com os movimentos de independência africana e também com os movimentos de democratização no sul da Europa. Essas problemáticas inevitavelmente pressupunham o debate mais amplo sobre as relações das potências mundiais com o colonialismo, e também sobre as dinâmicas e as razões do sistema internacional. Ao encontrar as Relações Internacionais através da África, Mourão se constitui num usuário pioneiro da disciplina.

O presente artigo, assim, propõe como estratégia de contextualização e releitura da contribuição mouraniana, uma análise ampla do processo de institucionalização das Relações Internacionais como disciplina no Brasil (item II), uma breve reconstrução do momento inicial de disseminação da disciplina (item III) e, a partir deste panorama, um exercício de contextualização da contribuição específica do professor Fernando Mourão neste processo geral (itens IV e V).

Pretende-se, para isso, contextualizar e avaliar a influência de sua trajetória de internacionalista exercida sobre as instituições acadêmicas e, principalmente, sobre as gerações de (então) jovens internacionalistas, especial-

mente no que se refere ao processo de formação, analisando como um extenso grupo de profissionais com os mais distintos perfis de formação (diplomatas, economistas, juristas, politólogos, antropólogos e até sociólogos) passaram a incorporar, a partir da formação em nível de mestrado e doutorado sob a orientação de Fernando Mourão, as problemáticas e abordagens próprias de uma disciplina então relativamente marginalizada naqueles tempos de outros consensos. Dentro do debate interno das Relações Internacionais, pretende-se contextualizar também a contribuição peculiar do professor Fernando Mourão para a disseminação de uma abordagem específica de Sociologia das Relações Internacionais, agregando às tradicionais análises estratégicas sobre as relações de força e poder o estudo da sociedade internacional.

## 2. A EVOLUÇÃO DE UMA NOVA ÁREA DE ESTUDO: AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

Em linhas gerais, pode-se considerar as Relações Internacionais como uma disciplina da segunda metade do século XX, momento em que atinge sua maturidade, especialmente no meio universitário americano. Logo após o final da Primeira Guerra Mundial, a disciplina conhece sua primeira fase de florescimento, momento, por exemplo, em que aparece o primeiro periódico científico da área, o *Journal of International Relations*, que aparece em 1919, predecessor da contemporânea *Foreign Affairs*. Ali, já se encontrava bem avançado o processo de desenvolvimento de uma metodologia específica para analisar a dinâmica, os determinantes, a lógica de tomada de decisões vigentes nas relações entre Estados nacionais. Depois de 1945, a disciplina conhece grande popularização nos Estados Unidos e na Inglaterra, e se estabelece decididamente como uma disciplina autônoma.

No Brasil, pode-se dizer que a longa fase inicial de pioneirismo da disciplina se estende entre o final da Segunda Guerra Mundial e o ano de 1990, com o desenvolvimento da temática internacional por alguns estudiosos isolados, do ponto de vista institucional. Sintoma dessa decalagem entre o desenvolvimento da disciplina no Brasil e no hemisfério norte pode ser avaliado ao considerarmos a data de lançamento da primeira publicação especializada no Brasil, quase 40 anos depois do primeiro exemplar americano.

Bem entendido que estudos sobre temas internacionais sempre existiram no Brasil, podendo-se até identificar intelectuais especializados em temas

internacionais em épocas remotas como, por exemplo, Pandiá Calógeras ou Rui Barbosa (ALMEIDA, 1999). Ou seja, estudos internacionais existiam, mas Relações Internacionais como disciplina específica ainda estava por se desenvolver. Indicador inevitável desta tendência é que, tradicionalmente, os estudos sobre temas internacionais normalmente eram conduzidos por estudiosos originários de outras áreas das ciências sociais aplicadas, especialmente Direito, História, Ciência Política e Economia.

Outra peculiaridade da fase inicial dos estudos internacionais no Brasil diz respeito às carreiras originais de seus quadros, na sua grande maioria, provenientes das carreiras militar e diplomática, como lembram Miyamoto (1999) e Lessa (2005). Pode-se assim dizer que, fiel ao estilo aroniano, o pensamento internacional brasileiro, até os anos 1990, foi tarefa de diplomatas e militares. Dessa maneira, a primeira fase de estudos internacionais no Brasil não conseguiu constituir um conjunto analítico homogêneo, caracterizando-se por ser uma justaposição de estudos com focos diversos, preocupações e abordagens metodológicas diversas, variando em função da área e da carreira de origem do especialista, unidos apenas pela temática internacional tratada. E, como as justaposições são independentes, pode-se dizer que não havia diálogo interdisciplinar entre essas análises segmentadas. Para Lessa (2005), essa memória unidisciplinar ainda recente continua demarcando limites metodológicos no fazer atual da disciplina e, assim, impondo um certo viés analítico, dificultando a consolidação de uma nova disciplina de marcado caráter interdisciplinar, de uma nova disciplina que é ao mesmo tempo todas essas áreas sem ser nenhuma delas.

Nesse contexto, então, os especialistas em Direito Internacional que se dedicavam a analisar a eficácia das normas internacionais. Os especialistas em História dedicavam-se à compilação descritiva da evolução diplomática passada (HERZ, 2002), com destaque para os “diplomatas-historiadores” (ALMEIDA, 1999), constituindo talvez a mais tradicional das áreas de estudo dentro das Relações Internacionais no Brasil. Os politólogos se dedicavam especialmente a analisar a estratégia das relações bilaterais, com destaque para as relações com os Estados Unidos e às vezes com a Argentina. No Brasil, o internacional pareceu começar sempre pelo bilateralismo, temática com “grande tradição no pensamento internacional brasileiro”, como lembra Lessa (2005). Ao mesmo tempo, o regime militar no Brasil também estimulou as leituras de natureza geopolítica e estratégico-militar sobre as

perspectivas de inserção do Brasil no grande teatro estratégico entre as nações (MIYAMOTO, 1983).

Já os economistas, se liberais, se dedicavam a analisar a lógica de relacionamento de cada economia nacional com uma entidade chamada “resto do mundo”, ou, segundo o jargão interno, sua relação com “X”, sem a constituição de um objeto propriamente internacional. Para os economistas neoclássicos, a Economia Internacional é uma somatória de unidades nacionais autônomas e seu objeto de análise são as dinâmicas de relacionamento das partes com o todo. Caso fossem estruturalistas, os economistas se dedicavam a analisar a natureza de funcionamento de um Sistema Mundial, na tentativa de antecipar as surpresas que este reservava a países como o Brasil. Entretanto, as análises econômicas baseadas na teoria da dependência podem ser consideradas como uma contribuição importante para o estudo das Relações Internacionais, promovendo um afastamento conceitual da teoria econômica neoclássica predominante, promovendo uma concepção explicativa acabada sobre o modo de funcionamento do sistema mundial, entendido como uma totalidade que determina os problemas econômicos nacionais. Ao produzir uma explicação das partes a partir do todo, a partir de uma teoria do Sistema Mundial, a Teoria da Dependência transcende os domínios da ciência econômica e acaba por produzir uma explicação mais característica da área de Relações Econômicas Internacionais. Por essa razão, a Economia, e mais especificamente sua subárea da Economia Política Internacional, é considerada muitas vezes como uma autêntica contribuição teórica para as análises específicas de Relações Internacionais. Aliás, como uma contribuição teórica da América Latina para o estudo das Relações Internacionais, em função do grau de desenvolvimento desta área neste continente (HERZ, 2002). Nesta linha das Relações Econômicas Internacionais de inspiração estruturalista trabalharam professores como Ladislau Dowbor, Chico de Oliveira, Paul Singer, Emir Sader e Geraldo Muller na PUC-SP e no CEBRAP, Henrique Rattner na USP, Luciano Coutinho na Unicamp e Theotônio dos Santos na UNAM e UFMG.

Dessa maneira, pode-se dizer que, ao lado da antiga tradição de estudos históricos, as ciências econômicas foram uma das matrizes mais influentes para a autonomização dos estudos em Relações Internacionais no Brasil. Ao contrário dos países anglófonos, onde a disciplina das Relações Internacionais deriva de uma especialização no seio da Ciência Política (HERZ, 2002), no Brasil, a autonomia da disciplina parece mais resultado de uma herança da



História e da Economia. Nestas disciplinas, consolidou-se mais rapidamente um descolamento das lógicas explicativas típicas das áreas especializadas para as análises de assuntos internacionais, começando a diluir a atitude predominante de “isolamento metodológico”, como caracterizou Lessa (2005) o debate internacionalista.

A consolidação da autonomia metodológica das Relações Internacionais no Brasil, como em muitas outras áreas científicas, contou com decisivo impulso dos empréstimos e influências estrangeiras. Pode-se dizer que a autonomia da disciplina foi trazida de fora. Internamente, verificava-se um atraso relativo da área de estudo das Relações Internacionais, se comparada com o desenvolvimento verificado em outros países da América Latina, especialmente Argentina e México, como lembra Medeiros (1982), e também em relação a outras áreas das ciências aplicadas no Brasil. O caso das Ciências Econômicas pode ser um exemplo de como disciplinas de evolução recente podem conhecer elevado grau de institucionalização. Na área das Relações Internacionais, os estudos acadêmicos no país, até meados da década de 1970, apresentavam isolamento institucional, desenvolvimento incerto e reduzida produção (CERVO e SARAIVA, 2005).

É possível cogitar que, no plano mais amplo das tradições culturais brasileiras, classicamente acolhedoras, embora marcadamente pouco cosmopolitas, também não contribuíam como ambiente inspirador para o desenvolvimento de temáticas internacionais. Um ambiente cultural seguramente marcado pelo esforço social demandado pelo desenvolvimentismo do pós-guerra, com suas rápidas transformações sociais, mas também pelo nacionalismo econômico predominante no período, o que parece ter extrapolado para o campo das percepções coletivas uma boa parcela da *inward orientation* das políticas econômicas. Estes, entre outros fatores, certamente contribuíram para que a sociedade brasileira, durante boa parte da segunda metade do século XX, pouco problematizasse o mundo exterior. Seja como for, nesse contexto, a disciplina das Relações Internacionais acabou por ser “negligenciada”, segundo Miyamoto (1999) e, em certos momentos, até marginalizada, em função do estigma de ciência americana.

O resultado concreto parece ter sido que a disciplina conhece então um desenvolvimento “injustificavelmente” lento, segundo Lessa (2005), especialmente se consideramos o seu potencial para gerar análises estratégicas, balizadoras de políticas públicas e ações institucionais. Esse atraso em relação

às outras disciplinas sociais e aos países vizinhos pode ser traduzido na baixa institucionalização verificada antes de 1990, acarretando em reduzido número de pesquisadores atuando na área, de pesquisas e publicações, de periódicos específicos, de cursos e programas acadêmicos, assim como de instituições especializadas (MEDEIROS, 1982).

No que se refere às abordagens específicas de Relações Internacionais, como área autônoma das ciências sociais, no que se refere às abordagens de “Relações Internacionais *stricto sensu*”, na expressão de Shiguenoli Miyamoto (1999), o isolamento institucional das iniciativas parecem expressar e confirmam a situação de atraso relativo do desenvolvimento da disciplina, situação em que se ressaltam muito mais os espaços vazios, pontuados por iniciativas isoladas dentro do ambiente institucional.

Assim, nesse contexto, no Rio de Janeiro, em 1954, é implementado o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), congregando um pequeno grupo de intelectuais e empresários, diplomatas com vocação de pesquisa e outros interessados dispersos. O pioneiro instituto acaba exercendo na verdade o papel de antecipador do debate de Relações Internacionais, uma vez que este discurso metodológico apenas iniciava sua trajetória de consolidação no país (LESSA, 2005).

Em março de 1958, o IBRI começa a publicar a “Revista Brasileira de Política Internacional” (RBPI), a decana das publicações especializadas em Relações Internacionais, reunindo estudos e documentos sobre a temática internacional produzida por pioneiros como Santiago Dantas, Cleantho Leite, Hermes Lima, Hélio Jaguaribe, Álvaro Teixeira Soares, Oliveiros Ferreira, Vicente Marotta Rangel, Carlos de Meira Mattos, Golbery do Couto e Silva, Moniz Bandeira, Vicente Rao, Hildebrando Accioly, João Camilo de Oliveira Torres, Garrido Torres, José Carlos Brandi, José Honório Rodrigues, Hélio Vianna, Araújo Castro e Ronaldo Sardenberg, entre outros (MIYAMOTO, 1983 e ALMEIDA, 1999).

Em 1978 é criado o Conselho Brasileiro de Relações Internacionais, com o objetivo de articular e dar voz aos especialistas da nova área, mas que, desde sua criação, acabou por enfrentar dificuldades de afirmação justamente pelo escasso número de especialistas. Entre os fundadores, os professores Maria Regina Soares de Lima, Hélio Jaguaribe, Paiva Leite, Celso Lafer, Carlos Henrique Cardim, Shiguenoli Miyamoto, Gelson Fonseca e Fernando Mourão (MIYAMOTO, 1999).

Logo depois, em 1980, outro importante movimento no sentido da institucionalização dos estudos de Relações Internacionais no país aconteceu com a criação de um grupo de estudo específico para o tema no âmbito da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, importante iniciativa balizadora das tendências científicas na área das ciências sociais. O célebre GRIPE - Grupo de Trabalho de Relações Internacionais e Política Externa, congregava e norteava o debate entre os poucos pesquisadores da área em suas reuniões anuais.

Entretanto, a organização institucional dos estudos de Relações Internacionais acompanhava de perto, no Brasil, a história de implementação de linhas de pesquisa e de programas de pós-graduação no meio universitário (LESSA, 2005). As principais referências acadêmicas estabelecidas nesta fase pioneira, ou seja, antes de 1990, foram a Universidade de Brasília (UnB), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), a Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (MEDEIROS, 1982).

A contribuição pioneira mais importante aconteceu em Brasília, quando a UnB institucionaliza, no ano de 1974, um curso de graduação específico em Relações Internacionais. Entre o grupo histórico inicial do novo curso estavam o jurista Antônio Augusto Cançado Trindade, José Carlos Brandi e o diplomata Ronaldo Sardenberg (MIYAMOTO, 1983). A UnB também é pioneira no estabelecimento de dois programas de mestrado na área de Relações Internacionais, os primeiros do Brasil. Em 1976, é criado no departamento de História o mestrado em História das Relações Internacionais e, em 1984, é criado o mestrado na área de política internacional (LESSA, 2005). Esses dois programas foram unificados somente no ano 2000, dando origem ao Instituto de Relações Internacionais (IREL), e também ao primeiro programa de doutorado do país na área específica de Relações Internacionais. Essas iniciativas vêm agregar organicidade e coerência em torno de uma metodologia e de objeto de estudo mais específicos à disciplina, preservando a tradição multidisciplinar. Entre os nomes históricos da pós-graduação na UnB estão os historiadores Amado Luiz Cervo, José Flávio Sombra Saraiva, Lytton Leite Guimarães, Argemiro Procópio e os diplomatas Gelson Fonseca e Celso Amorim (MIYAMOTO, 1983). A nova geração de pesquisadores ligados ao IREL é composta, entre outros, pelos professores Eiiti Sato, Antônio Carlos Lessa, Alcides Costa Vaz, Antônio Jorge Ramalho da Rocha e Carlos Pio.

Outra contribuição importante da UnB para a consolidação da área foi a publicação de textos clássicos das Relações Internacionais, disseminando em português o acesso de autores como Raymond Aron, Karl Deutsch ou Marcel Merle. A célebre coleção de livros de capa amarela, além dos textos de aula publicados na forma de livretos, revelou para as novas gerações de futuros internacionalistas os textos inspiradores da disciplina.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro era criado o Instituto de Relações Internacionais (IRI) na PUC-RJ, no ano de 1979. A importância da contribuição do IRI está na implementação de um programa de mestrado na área, o primeiro fora de Brasília, no ano de 1987. Juntamente com os mestrados de Brasília, estes permanecerão as únicas iniciativas de pós-graduação em Relações Internacionais no país até a virada do milênio. Alguns anos depois do início de suas atividades, o IRI lança a revista “Contexto Internacional”, no ano de 1985. O programa do IRI foi animado pelo trabalho de professores como Maria Regina Soares de Lima, Sônia de Camargo, Letícia Pinheiro, Mônica Herz, Nizar Messari, João Pontes Nogueira e José Maria Gómez. Também no Rio de Janeiro, o IUPERJ contribuiu com a criação do programa de mestrado em Política Internacional, no final dos anos 1970, onde atuaram os professores Maria Regina Soares de Lima, Hélio Jaguaribe, Clóvis Brigagão e Alexandre de Barros, entre outros.

Em São Paulo, na USP, um grupo pioneiro de professores ligados à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, a FFLCH, começa a desenvolver a linha de pesquisa das Relações Internacionais, que se expressa por publicações, orientações de pesquisas e formação de novos especialistas e também a oferta de disciplinas de pós-graduação pelo professor Oliveiros Ferreira já no ano de 1973, tradição que se estendeu até os anos 1990, com diferentes professores. O professor Bolívar Lamounier também trabalhava a temática da política internacional nos anos 1970 no departamento de Ciência Política. No departamento de Sociologia da mesma faculdade, começam a ser oferecidas disciplinas de estudos de área, ou de estudos regionais, especialmente com a implementação do Centro de Estudos Africanos, em 1969. Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, os professores Celso Lafer, Guido Soares e Vicente Marotta Rangel começam a trabalhar uma temática mais próxima às Relações Internacionais no começo da década de 1970, culminando com a oferta da disciplina “Política Internacional”. Ainda na USP, foi implantado em 1988 o Programa de Pós-Graduação em Integração

da América Latina (PROLAM) e, nos anos 1990, se consolida a linha de pesquisa em Política Internacional dentro do Instituto de Estudos Avançados, iniciativa contemporânea à criação do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI), no ano de 1989, fundado e coordenado pelo professor José Augusto Guilhon Albuquerque, que passa a publicar a revista “Política Externa” (MIYAMOTO, 1999).

Embora não tenha implementado um programa de pós-graduação específico na área de Relações Internacionais, o papel desempenhado por este grupo de professores da USP foi de grande importância para a formação de novos quadros na área, deixando uma herança indelével para a consolidação da área e para o desenvolvimento, inclusive, dos demais centros com programas estabelecidos. Essa geração pioneira da USP foi responsável pela formação de uma geração inteira de ativos internacionalistas, composta, por exemplo, por professores como Henrique Altemani de Oliveira (1988), Maria Hermínia Tavares (1979), Cheywa Spindel (1978), Geraldo Muller (1980), José Luis Fiori (1984), Shiguenoli Miyamoto (1986), Eder Sader (1987) e Leonel Itaussu de Almeida Melo (1991). Esta tradição de formação de quadros através das linhas de pesquisa nos diferentes programas ainda contribuiu para a formação de uma terceira geração de internacionalistas uspianos ao redor da virada do milênio, composta por nomes como Williams Gonçalves (1995), Glauco Arbix (1995), Christian Lobhauer (1999), Cristina Pecequillo (2000), Flávia Campos Mello (2000), Antônio Jorge Ramalho da Rocha (2002), José Luís Niemayer (2005) e Gilberto Sarfati (2006).

De volta ao Rio de Janeiro, é importante assinalar o aparecimento de várias iniciativas, corroborando a grande tradição intelectual internacionalista da cidade. Em 1980, a FGV-RJ estabeleceu a linha de pesquisa em Relações Internacionais dentro do CPDOC, sob a coordenação de Gerson Moura e Mônica Hirst (MIYAMOTO, 1983). Na Universidade Cândido Mendes, são criados em 1978 dois centros dedicados aos estudos internacionais, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, sob a direção do professor José Maria Nunes Pereira, e o Centro de Estudos das Américas, com a participação dos professores Clóvis Brigagão e Severino Cabral. Na UERJ, estabeleceu-se o mestrado em História das Relações Internacionais, com a participação dos professores Miriam Saraiva, Williams Gonçalves, Mônica Leite Lessa, Luis Bahia, Antônio Carlos Peixoto e Hugo Suppo. Também é criado no Rio de Janeiro o CEBRI, o Centro de Estudos Brasileiro de Relações Internacionais,

congregando especialistas do setor público (diplomatas), do setor privado e da universidade para o debate estratégico sobre a realidade internacional. Mais recentemente, na UFF, nasce o mestrado em Economia das Relações Internacionais, articulado em torno da linha de pesquisa do professor Theotônio dos Santos (LESSA, 2005).

Também é importante ressaltar a existência de linhas de pesquisa isoladas em outras universidades, onde os temas de Relações Internacionais foram trabalhados com destaque, como em disciplinas de mestrado na PUC de Minas Gerais e na PUC de São Paulo, nesta última desde a metade dos anos 1970, comandadas pelos professores Leon Pomer e Tullo Vigevani. No Rio Grande do Sul, eram trabalhados os temas ligados à integração regional, contando com a contribuição de professores como Paulo Vizentini, na UFRGS, e Ricardo Seitenfus, na Universidade Federal de Santa Maria, onde foi criado o MILA em 1993, o Mestrado em Integração Latino-Americana.

Em São Paulo, a temática internacional ainda foi trabalhada pelos professores Henrique Rattner na FGV-SP, nos anos 1970; Octávio Ianni, Luciano Coutinho e Renato Ortiz na Unicamp trabalhando as questões do sistema mundial e da globalização, e Nanci Valadares na Escola de Sociologia Política. Também o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) inclui, desde 1980, entre suas principais linhas de pesquisa, o estudo comparativo sobre desenvolvimento econômico na América Latina, da mesma forma que o CEDEC (MIYAMOTO, 1999).

Os desafios da marginalidade institucional que caracteriza o desenvolvimento da disciplina das Relações Internacionais começam a ser relativizados a partir do início da década de 1990. O país parece descobrir a globalização em uma única prestação. Se vários setores da sociedade brasileira começam a passar por uma discreta, mas importante transformação, onde o país, por assim dizer, percebe efetivamente a presença da sociedade internacional, no que se refere aos estudos das Relações Internacionais, estes passam por uma espécie de divisor de águas. O fim da guerra fria e a abertura econômica ampla geral e irrestrita, e ainda as inovações tecnológicas como a internet, fazem crescer as problemáticas e as demandas, nos mais variáveis níveis e setores, referentes às dinâmicas internacionais. Como aconteceu em outros países, o meio acadêmico e científico brasileiro experimenta um salto quantitativo nos estudos internacionais, multiplicando centros, programas de pós-graduação, especialistas, cursos de graduação, financiamentos, publicações, títulos traduzidos, o que vai

estimular o começo do processo de “adensamento” da disciplina, na expressão de Lessa (2005).

O aumento de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, o acelerado ritmo de formação de quadros, o aumento do número de publicações, o surgimento de linhas editoriais específicas nas principais editoras, o desenvolvimento de centros de estudos e de redes especializadas, tanto nas universidades como na sociedade civil, o surgimento de linhas de financiamento e de programas de fomento para a pesquisa, o aumento do espaço dedicado ao tema na imprensa indicam um salto quantitativo, a partir do qual as Relações Internacionais parecem entrar definitivamente na esfera cotidiana da vida cultural brasileira.

Dessa maneira, depois do salto quantitativo verificado a partir dos anos 1990, um processo de consolidação qualitativo parece entrar em curso nos primeiros anos do novo século, que se reflete, entre outros indicadores, na diminuição da dependência dos textos e enfoques estrangeiros, especialmente norte-americanos, muitas vezes reproduzidos acriticamente, como lembra Amado Luiz Cervo (2001), ou até mesmo “mimetizados”, segundo o mesmo autor (2001), com o desenvolvimento de abordagens mais originais (LESSA 2005) e eventualmente abundando uma situação caracterizada pela predominância de um “pensamento sem teoria” (CERVO, 2001).

A consolidação de uma disciplina específica na área internacional parece ser uma tarefa necessária, paralela e coerente com o aumento da importância estratégica de grandes economias emergentes como o Brasil, pois tal desenvolvimento pode e deve vir a oferecer um referencial consistente para a ação estratégica. A condição de emergente no plano econômico poderá inspirar, paralelamente, uma nova tradição analítica emergente, portadora de uma nova leitura para uma nova realidade vigente no cenário internacional, capaz de romper o chamado silêncio pós-cepalino (HERZ, 2002).

### 3. A CONTRIBUIÇÃO DE FERNANDO MOURÃO

Nesse período anterior a 1990, marcado pela negligência relativa e por institucionalizações esparsas dos estudos internacionais no Brasil, um grupo de professores dentro da Universidade de São Paulo, unidos no interesse comum pelas temáticas internacionais, inicia um processo de aproximação e de articulação informal. As linhas de pesquisa individuais, geralmente desen-

volvidas de maneira isolada nos diferentes departamentos uspianos começam, na década de 1970, a compartilhar tímidos espaços comuns. Algumas formas de intercâmbio aparecem, como a colaboração em publicações, a circulação de estudantes pelos diferentes seminários de pós-graduação ligados à temática internacional, a co-orientação de dissertações e a organização de eventos como seminários sobre o assunto. Essas iniciativas viriam a ser, mais tarde, o embrião dos primeiros núcleos institucionalizados, como o NUPRI e o GACINT, e até mesmo do curso de graduação em Relações Internacionais.

Esta é, em linhas gerais, a característica da trajetória e da atuação de vários internacionalistas uspianos, muitos procedentes da FFLCH, e de seus departamentos de Política e Sociologia, ou ainda da Faculdade de Direito, no Largo São Francisco, e também da FEA, a Faculdade de Economia e Administração. É o caso de professores, como Celso Lafer, Guido Soares, Vicente Marota Rangel, Maria Hermínia Tavares, Oliveiros Ferreira, Henrique Rattner e Fernando Mourão.

Além das áreas que tradicionalmente concentravam estudos internacionais, a novidade desta articulação pioneira dentro da USP talvez tenha sido justamente a presença do Departamento de Sociologia. De maneira geral, as áreas de História e de Política possuem certa tradição temática e costumam estar ligadas ao desenvolvimento inicial da disciplina de Relações Internacionais, assim como a Economia, especialmente no Brasil, como visto anteriormente. Mas, na USP, a Sociologia da FFLCH também acabou por contribuir, por outros caminhos, para a disseminação dos estudos internacionais, em função da sua tradição nos estudos africanos.

Na USP, a tradição dos estudos africanos nasce ligada à cadeira de “Sociologia-II” da FFLCH, inspirada pelos trabalhos de pesquisa do professor Ruy Coelho e também pela presença de estudantes africanos. Nestes seminários de Sociologia, consolida-se a proposta de estudos sociológicos aplicados, ancorando os estudos sociológicos à realidade africana. Uma proposta bem próxima à tradicional abordagem de estudos de área, ou estudos regionais, tomando-se como objeto de estudo inicial e principal o caso das sociedades africanas, que, naquele momento, encontrava-se em ebulição durante a primavera das independências das novas nações africanas ou, como no caso das colônias portuguesas, em plena fase de luta anticolonial.

Essa abordagem, que privilegiava muito mais a questão dos estudos regionais em detrimento dos estudos afro-brasileiros, como acontecia nos de-



mais núcleos de estudos africanos no Brasil, pressupunha necessariamente a análise do tabuleiro geopolítico internacional, onde as novas nações africanas estavam inseridas, pelo entendimento das novas dinâmicas de inserção desses países no sistema mundial, tais como o movimento dos países não-alinhados (BELTRÁN, 1987).

A iniciativa de pesquisa africana no Departamento de Sociologia acabou sendo institucionalizada com a criação do Centro de Estudos Africanos (CEA), no ano de 1965, institucionalizado em 1969, preservando sua proposta original de dedicar parte importante de sua vocação de pesquisa para os estudos regionais, analisando as dinâmicas intrínsecas da sociedade, economia e cultura africanas, em detrimento da recorrente abordagem afro-brasileira.

Com a chegada do professor Fernando Mourão, de regresso ao Brasil após passagem pelo efervescente Portugal salazarista, os estudos africanos na USP vão ser decisivamente impulsionados a partir de sua integração ao departamento em 1967, trazendo da Europa a premência da atualidade política africana, inspirado pela vivência direta nos movimentos de independência e do nacionalismo africano, então, em plena agitação.

O jovem pesquisador Fernando Mourão, recém chegado ao Brasil, estivera em relação direta com vários líderes dos movimentos de independência na África, como Agostinho Neto, resultado de sua passagem pela Faculdade de Direito de Coimbra, quando teve a oportunidade de residir e ser diretor da Casa dos Estudantes do Império. Ali residiam obrigatoriamente os universitários africanos estudando em Portugal, com o intuito de facilitar o controle pelo regime salazarista. Esta estratégia de concentração, entretanto, acabou por criar um verdadeiro “comitê central” de militância anticolonial africana, fazendo com que vários de seus residentes viessem a se tornar líderes dos movimentos de independência nacional, como o próprio Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade, entre outros.

Muitos residentes da Casa dos Estudantes do Império acabariam presos e interrogados pela PIDE, a polícia política portuguesa, o que resultaria na retirada apressada de Fernando Mourão, no início dos anos 1960, em companhia de outro estudante brasileiro perseguido, José Maria Nunes Pereira. De volta a um Brasil também em efervescência, nas vésperas do golpe militar de 1964, estes dois militantes da Casa dos Estudantes se engajam nos movimentos políticos locais de apoio às independências africanas, como o Mabla, com conexões com o MPLA. Como jornalista de “O Estado de S. Paulo”,

Fernando Mourão também militou com seu *stylo plume*, escrevendo artigos que difundiam o ideal do nacionalismo africano e das lutas de independência das colônias portuguesas na África, denunciando os excessos do regime salazarista (BELTRÁN, 1987). O professor José Maria Nunes Pereira viria a se tornar em importante referência para os estudos africanos no Brasil, liderando a criação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, na Universidade Cândido Mendes, no ano de 1978.

Integrado na USP em 1967 como doutorando e professor assistente, Fernando Mourão contribui para dinamizar o CEA e para consolidar a linha de pesquisa dos estudos regionais africanos, mas agregando ainda outra novidade trazida da Europa, as abordagens típicas de uma nova disciplina chamada Relações Internacionais, bastante apropriada para o melhor entendimento dos novos horizontes políticos abertos para as nações africanas recém-independentes. Como acontecia então na Europa, especialmente na França, mas também em Portugal, não parecia mais possível discutir a realidade das sociedades africanas sem a discussão de suas conexões internacionais, e da natureza da dinâmica de sua relação com a sociedade internacional.

Assim, uma nova linha de pesquisa, com um novo viés de análise, é introduzida pelo professor Mourão aos estudos africanos da USP, com os seus reflexos na orientação de teses, no trabalho de pesquisa, nas publicações e nas disciplinas e nos cursos oferecidos na FFLCH. As temáticas e os instrumentais típicos de uma disciplina em efervescência de consolidação da Europa do final dos anos 1960, as Relações Internacionais, são difundidas como novidade entre as novas gerações de pesquisadores em formação, e novas referências tais como Raymond Aron, Marcel Merle, Adriano Moreira ou James Rosenau passam a fazer parte dos roteiros obrigatórios dos estudos africanos, bem como a temática da desconstrução dos tradicionais limites analíticos entre o interno e o externo, J. Schumpeter e sua “Sociologia dos Imperialismos”, além dos clássicos como Francisco de Vittoria, estão entre as novidades europeias inspiradoras trabalhadas por Fernando Mourão.

Desde 1969 (continuando até 1991), o professor Mourão oferece, tanto na graduação como na pós-graduação em Sociologia, a disciplina “Sociologia da África Negra”. A partir de 1974, passa também a trabalhar a disciplina de pós-graduação “Poder e Política na África Negra”. Nessa perspectiva de análise das sociedades africanas, trabalha as relações atlânticas entre Brasil, Angola e África austral como um dos vetores do sistema internacional (MOURÃO,

1991a). O professor Mourão se junta a uma tradição que já contava com outros pesquisadores brasileiros que se dedicavam ao estudo da política e da história da África, como Amado Luiz Cervo e José Flávio Sombra Saraiva, entre outros.

A longa carreira nos estudos africanos consolida o professor Mourão como uma das figuras-chave dos estudos africanos no Brasil, mas também internacionalmente, como atesta sua contribuição para a prestigiosa obra de referência da UNESCO sobre História da África, a *General History of Africa*, de 1985, tornando-se membro do Comitê Científico Internacional da UNESCO para a Redação de uma História da África. Na célebre obra publicada pela UNESCO, presente nas estantes de cada biblioteca africana, o professor Mourão, em companhia de R. D. Ralston, trabalha, no seu capítulo 29, um aspecto das relações da África com o mundo exterior ocidental, especificamente com o Novo Mundo.

Entretanto, a pesquisa sobre o tema das relações internacionais africanas prossegue. Desde 1985, passa a trabalhar a disciplina de pós-graduação sobre “Política Externa Africana” até, finalmente no ano de 1988, agregar como uma das linhas de pesquisa do departamento de Sociologia, uma linha de pesquisa específica em Relações Internacionais, quando começa a trabalhar em seminários de pós-graduação a disciplina “Sociologia das Relações Internacionais”. No ano de 1994, a linha de pesquisa se torna mais específica dentro da temática das Relações Internacionais, passando a trabalhar a relação entre os movimentos de regionalismo e de globalização, como demonstra a oferta da disciplina de pós-graduação “Globalização e regionalização no contexto das relações internacionais”.

A linha de pesquisa internacionalista traz uma contribuição importante para a formação de toda uma geração de importantes pesquisadores na área, tais como, Williams da Silva Gonçalves (doutorado em 1994), Paulo Borba Casella (1995), Carlos Henrique Cardim (1995), Janina Onuki (1996), Eiiti Sato (1997), Severino Cabral (1998), Henrique Altemani de Oliveira (1998), José Maria Nunes Pereira (1999), Alcides Costa Vaz (2000), Ademar Seabra da Cruz (2001), José Cretella Neto (2002) e Antônio Jorge Ramalho da Rocha (2002), entre outros.

Um aspecto significativo ao redor desta contribuição para a formação de quadros é a proposta sempre multidisciplinar que se reflete coerentemente também sobre a linha de orientação dos novos pesquisadores. A diversidade de perfil de formação, de atuação profissional, de origem institucional e de

área de pesquisa de seus orientandos reflete esta preocupação de integrar diferentes olhares ao redor dos instrumentais metodológicos internacionalistas, de temáticas e problemáticas típicas da disciplina. Dessa maneira, congregou através da sua orientação a análise de juristas, diplomatas, economistas, politólogos, antropólogos e, em alguns casos, também sociólogos. Os temas de pesquisa de seus orientandos refletem essa proposta, por um lado, articulados ao redor de três linhas mestras, natureza e dinâmica do sistema, da cooperação e da inserção internacionais; teoria de relações internacionais e dinâmicas de constituição de regimes internacionais, jurídicos, institucionais, econômicos. Por outro lado, essas temáticas internacionais têm sido focadas sobre diferentes casos da sociedade internacional.

Esta perspectiva de pluralismo metodológico bem característica de Fernando Mourão na sua atuação pioneira na área de Relações Internacionais pode ser considerada como um de seus compromissos metodológicos fundamentais. Apesar de inovador ao introduzir os princípios de uma disciplina relativamente desconhecida no debate local, não se entrincheirou como especialista. Esta postura se reflete na análise do percurso temático dentro da área, no qual se constata uma preocupação incidental com a tarefa de demarcar os limites desta disciplina em fase de consolidação de sua autonomia, uma das temáticas recorrentes, com razão, entre os pesquisadores da área. De qualquer maneira, parece difícil associar a trajetória intelectual de Fernando Mourão à ideia de compartimentalização metodológica, tradicionalmente preocupado mais em acolher que extraditar e transcendendo puritanismos metodológicos.

O interessante é que Mourão parece seguir a tendência internacional da disciplina, que, a partir dos anos 1980, conhece uma maior flexibilização de fronteiras (HERZ, 2002) mediante a incorporação de temas e variáveis outras além do tradicional cálculo do poder e da teoria política. No Brasil, o professor Mourão consolida nas suas análises internacionais uma abordagem que preserva o foco no plano dos discursos, da semântica, das representações. Aliás, para Mourão, as próprias teorias internacionais deveriam ser entendidas dentro do plano da semântica, das representações, entendidas como uma construção discursiva da realidade (MOURÃO, 1985). Como um “*construtivista avant la lettre*”, o professor Mourão, no começo dos anos 1980, chama a atenção para a peculiaridade de que a análise das relações internacionais praticadas passa pela análise dos discursos utilizados na concepção e organização destas práticas. Um tema recorrente nas análises realizadas pelo professor Mourão

nesta época, especialmente na produção a respeito da cooperação internacional, é a problematização do plano das representações, da análise da semântica empregada na instrumentalização destas relações entre Estados (MOURÃO, 1985). Provavelmente, uma herança da formação sociológica influenciada pelas leituras de Roger Bastide, Pierre Bourdieu e também de Peter Berger, sempre presentes nas suas bibliografias.

Por exemplo, ao estudar de maneira ampla e profunda a questão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Fernando Mourão dedica espaço importante à reflexão sobre o papel da dimensão cultural e do plano das representações simbólicas como importante fator dinamizador das relações de cooperação internacional. É interessante notar como Fernando Mourão trabalha de maneira contemporânea à geração de pesquisadores que consolidava o programa de pesquisa construtivista no hemisfério norte. Para entender os vetores de integração entre os países lusófonos, Mourão procura analisar o caso da atuante diplomacia cultural francesa, bem conhecida na África, que forneceria exemplo sobre o papel, às vezes, determinante das dimensões culturais para as relações de integração entre Estados. Nesse mesmo sentido, o professor Mourão está atento, no começo dos anos 1990, ao caso da Turquia e sua estratégica diplomática de consolidar um espaço de cooperação econômica baseado na herança comum das línguas turcófonas com os países da Ásia Central, procurando institucionalizar relações de cooperação internacional com base na identidade de uma “gran-turania”. Ao analisar o papel da língua e da cultura como vetores de dinamização da cooperação internacional, o professor Fernando Mourão procura analisar subsidiariamente a importância da dimensão do simbólico e das percepções na construção de políticas públicas no âmbito internacional (MOURÃO, 1987).

Seja como for, ressalta-se em todas essas análises, em meio a um debate ainda bastante influenciado, no Brasil, pela polarização entre teoria de dependência e realismo estratégico, e antes da disseminação da sua vertente liberal da interdependência, o professor Mourão procura resgatar a dimensão da cultura e de outras variáveis de *soft power*, como os recursos de poder de natureza tecnológica, como elementos ativos no tabuleiro político internacional. Ao analisar o caso asiático, identifica o papel da tecnologia e das revoluções produtivas como determinantes das entrelinhas das relações institucionais entre estados e, assim, dos processos de integração regional. Segundo Mourão, todas essas variáveis que habitam o plano simbólico e cultural seriam menos visíveis,

mas tendem a perdurar mais do que os outros fatores políticos (MOURÃO, 1985b).

Outra contribuição metodológica importante do professor Mourão para o debate das Relações Internacionais no Brasil relaciona-se ao que poderia ser chamado de metodologia das realidades complexas. Exatamente na mesma época, no final dos anos 1980, J. Rosenau começava a difundir sua proposta de entender a ordem da nova desordem internacional, composta por uma realidade “pós-internacional”, onde as variáveis subnacionais são cada vez mais relevantes internacionalmente (ROSENAU, 1992). Já nas suas análises da época (MOURÃO, 1991b), o professor Mourão também lembra da importância de dedicar atenção aos aspectos não-lineares da ação social, interessando-se igualmente nos padrões da desordem como naqueles da ordem. Mais tarde, Mourão parece ainda interessado nos descaminhos do discurso metodológico, ao sistematizar,

(...) pretendo fugir do entendimento unilinear, entendendo as séries de acontecimentos como uma equação acumulada onde são muito mais ricas as interligações entre cada fase do processo, os desvios, o imprevisto, os acidentes de percurso, as rupturas, que o resultado de uma sintaxe linear (MOURÃO, 2005).

Estas características e propostas metodológicas se refletiram no tipo de temática contemplada na sua produção científica em Relações Internacionais, cobrindo aspectos como os processos de integração na África e nas Américas, o regionalismo na África, as questões do nacionalismo e da identidade nacional nas sociedades africanas, as políticas externas brasileira e africana (desde 1983), as estratégias de inserção internacional dos países africanos, as tensões entre o regionalismo e o multilateralismo, as discussões mais amplas sobre natureza e vetores do sistema internacional (desde 1980), as tendências determinantes e perspectivas da cooperação internacional (em 1984), e também sobre a teoria das Relações Internacionais e o pensamento estratégico (1983), culminando com sua linha de pesquisa atual, a “multilaterização do regionalismo”.

A riqueza temática de sua trajetória contém algumas apostas acuradas. Ao estudar a integração entre os países do eixo do Atlântico Sul, isso em 1988, acaba por introduzir, de maneira quase premonitória, discussões pioneiras sobre as relações entre Brasil, África do Sul e Índia, o que muito tempo depois viria a ser batizado de “grupo IBAS”. O professor Mourão também está na primeira geração de analistas internacionais a reconhecer e dedicar atenção

ao estudo da crescente importância da Ásia no novo cenário internacional, no começo dos anos 1990. Na mesma época, dedica atenção aos chamados regimes jurídicos internacionais, focando parte de sua produção ao tema dos regimes internacionais e à questão das arbitragens internacionais.

Nesta trajetória, encontra-se outra marca importante de Fernando Mourão para o debate das Relações Internacionais no Brasil. Desde 1988, formaliza como sua linha de pesquisa principal a abordagem de Sociologia das Relações Internacionais, a exemplo do que fazia Marcel Merle, na França. Para Mourão, as relações internacionais também podem ser entendidas como uma forma particular de relação social, assumindo configurações específicas em função do espaço, ou seja, as relações internacionais poderiam ser entendidas como parte das interações sociais que compõem uma efetiva sociedade internacional. Uma abordagem na qual os fluxos econômicos e as relações de poder se interrelacionam com as trocas tecnológicas, demográficas, linguísticas, culturais, simbólicas, institucionais, microbiológicas, onde micróbios, falas, saberes, capitais, regimes jurídicos, máquinas e preconceitos se condicionam mutuamente. Assim, a análise das relações internacionais não poderia se limitar apenas à dimensão política e dos jogos estratégicos entre governos, mas à totalidade da vida social internacional, contemplando elementos como migrações, diásporas internacionais, fluxos de ideias e de conhecimento, relações culturais e linguísticas, representações do mundo e de si mesmo (identidade), comunicação, entre outros.

Se o ponto de partida para a análise dos fenômenos internacionais está no entendimento de uma continuidade de relações sociais entre os âmbitos nacional e internacional, como propõe a abordagem de Sociologia das Relações Internacionais, Fernando Mourão acaba tocando numa das discussões seminais da teoria das Relações Internacionais, os limites do interno e do externo, ou seja, o debate conceitual sobre a relação entre interno e externo. Como lembra Monica Herz (2002), essa discussão sobre a dicotomia da territorialização pode ser considerada como a base mesma da organização do discurso tradicional das Relações Internacionais.

O professor Mourão parece acompanhar o debate que se dissemina no hemisfério norte ao longo dos anos 1980, especialmente a partir dos trabalhos de James Rosenau, que se voltava para os fundamentos e procurava determinar a própria lógica do vínculo interno e externo. Nesse momento, no Brasil, Mourão também discute os conceitos de interno e externo para o uso

da explicação sociológica, e sua aplicação nos diferentes modelos científicos (MOURÃO, 1991a). Ao enfatizar, no caso das Relações Internacionais, a existência de grandes continuidades entre essas duas esferas, Mourão segue Rosenau (1982) e Putnan (1988) ao identificar um padrão de movimentos adaptativos entre os desenvolvimentos internos e as circunstâncias externas, influenciando, assim, a elaboração de políticas públicas, como a política externa. Nesse sentido, a política externa poderia ser entendida como um exercício político de acomodação entre as demandas (e as tensões) internas e externas, num “jogo de dois níveis”.

Resultado dessa atividade pioneira na consolidação da área de estudos das Relações Internacionais, o professor Fernando Mourão participa ativamente da criação do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CBRI), que passa a atuar no sentido de congregar e coordenar a atuação dos pioneiros especialistas da nova disciplina, tais como Maria Regina Soares de Lima, Hélio Jaguaribe, Paiva Leite, Celso Lafer, Carlos Henrique Cardim e Shiguenoli Miyamoto. Outro indicador do reconhecimento da importância da atividade pioneira do professor Mourão na área é a participação na constituição no ano de 1985 do, hoje histórico, Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa, o célebre GRIPE, dentro das reuniões anuais da ANPOCS, Associação Nacional de Pesquisadores de Pós-graduação em Ciências Sociais (MOURÃO, 1985b). Além disso, o professor Mourão tem atuado, desde a década de 1970, no apoio à gestão diplomática brasileira em relação ao continente africano, colaborando ativamente com o Itamaraty e participando de delegações oficiais.

#### 4. ELEMENTOS DE CONCLUSÃO

Em sua trajetória como usuário pioneiro dos instrumentais e temáticas da nova disciplina Relações Internacionais, em fase de implementação no Brasil, o professor Mourão exerceu importante papel para inspirar toda uma nova geração de analistas internacionais, além de disseminar a temática através de sua produção acadêmica.

Como disseminador pioneiro da disciplina no Brasil, foi influenciado pela sua vivência pessoal, ligada aos movimentos políticos da Europa e África dos anos 1960, questões para as quais o entendimento sobre os determinantes internacionais era condição prévia de ação, como foi o caso da política afri-



cana e sua intrínseca relação com a política externa das potências mundiais e regionais. Sua vivência e envolvimento, trazendo o debate internacionalista em primeira pessoa, foi fundamental para a difusão desse entusiasmo europeu pela disciplina das Relações Internacionais no Brasil, contribuição que se revelou fonte permanente de inspiração para o debate intelectual brasileiro, contaminando pesquisadores de outras áreas com o instrumental e a temática de uma relativamente desconhecida disciplina das Relações Internacionais.

Nesse esforço, o trabalho do professor Mourão na disciplina se caracterizou pela interação de varias influências, como a análise de Raymond Aron e a proposta de Sociologia das Relações Internacionais, de certa maneira na tradição de Marcel Merle, mas com o aporte cognitivo de outros autores. Esforço realizado num espaço acadêmico não-institucionalizado, com a existência de programas de pesquisa e de pós-graduação específicos na área, o que ressalta a importância das iniciativas de articulação de que então participou, congregando pesquisadores de outras faculdades e departamentos das USP.

O resultado já perceptível dessa trajetória pode ser notado na influência sobre instituições e especialmente sobre as novas gerações de pesquisadores especializados em Relações Internacionais. No que se refere à aposta nas análises pioneiras sobre o *soft power* nas Relações Internacionais, dominada por análises Realistas na sua fase de implementação no Brasil, seu trabalho contribuiu para atribuir familiaridade para uma temática e metodologias marginalizadas. E no debate interno das Relações Internacionais, a contribuição peculiar do professor Fernando Mourão pode ser entendida como a disseminação da abordagem de Sociologia das Relações Internacionais, que agrega às tradicionais análises estratégicas sobre as relações de força e poder o estudo da sociedade internacional.

**Abstract:** This paper aims to develop an exercise of understanding and contextualization of the contribution of professor Fernando Augusto de Albuquerque Mourão to the recent developments of the discipline of International Relations in Brazil. With nearly half a century of activity in the University of S. Paulo- USP, professor Mourão became one of the historical names to the Sociological and African studies in Brazil. But because of their direct experiences with the European debate on social sciences and political movements, had the opportunity to become familiar with the themes and methodologies of the discipline of International Relations, which was then developing in Europe and a pioneer in the deployment Brazil, in late 1960s. The strong contemporary development of this discipline gives an anticipatory dimension to the

professor Mourão pioneer work. The purpose of this paper is to evaluate the influence exerted by the activity of professor Mourão on academic institutions and on several generations of International Relations researchers, and also assess their particular contribution to the debate in Brazil, the defense of the Sociology of International Relations approach.

**Keywords:** International relations; Brazil; Fernando A. Albuquerque Mourão.

*New Delhi, Índia, Junho de 2011.*

## 5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. *O estudo das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco, 1999.

BELTRAN, L. *O africanismo brasileiro*. Recife: Pool, 1987.

CERVO, A. L. *Relações internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

FONSECAJR., G. Studies on international relations in Brazil: recent time, 1950-1980. *Millennium – Journal of International Studies*, vol.16, n° 2, June 1987.

HERZ. M. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, v. 24, n. 1, Rio de Janeiro, 2002.

LAFER, C. *O estudo das relações internacionais: necessidades e perspectivas*. Brasília: UnB, 1980,

LESSA, A. C. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48(2), p. 169-184, 2005.

MEDEIROS, A. P. C. As Relações Internacionais como área de estudo na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 55, Belo Horizonte, junho de 1982.

MIYAMOTO, S. O estudo das relações internacionais no Brasil. *Perspectivas*, 6, p. 133-144, São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. *Revista de Sociologia e Política*, 12, p. 83-98, Univ. Federal Paraná, Curitiba, junho de 1999.

MOURÃO, F. A. A. A cooperação Internacional e a relação entre os países. *Contexto Internacional*, vol. 6, ano 3, Rio de Janeiro, IRI-PUC, 1987.

\_\_\_\_\_. África: do continentalismo à fase das conversações globais. In: *GT Relações Internacionais e Política Externa*. VIII Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia, S. Paulo, outubro de 1985. (1985b).

\_\_\_\_\_. Alca e Mercosul: Um discurso desfocado. In: CASELLA, P.B. e SANCHEZ, R.E (org.). *Quem tem medo da Alca?* Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2005.

\_\_\_\_\_. L'interne et l'externe dans l'explication sociologique. *Bulletin de l' AISLF*, Genève, v. 7, p. 79-88, 1991a.

\_\_\_\_\_. O eixo Atlântico e os novos vetores do sistema internacional. *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, p. 51-60, 1991b.

\_\_\_\_\_. (com C.A. Pimentel e A. Steinbach). *Sistema brasileiro de cooperação internacional: O desafio para a modernidade*. São Paulo, 1984 (mimeo).

\_\_\_\_\_. & RALSTON, R. D. Africa and the New World. In: *General history of Africa*. London: Hainemann/Unesco, 1985a.

NUNES PEREIRA, J. M. Os estudos africanos na América Latina. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, UCAM, s.d.

PUTNAN, R. Diplomacy and domestic politics: The logic of two-level games. *International Organization*, vol.42, Summer 1988.

ROSENAU, J. (org.). *Linkage politics: The convergence of national and international systems*. New York: Free Press, 1969.

SARAIVA, J. F. Sombra e CERVO, A. L. *O crescimento das relações internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, 2005.